

Entre o Fiagro e os Investidores Individuais: Novas Lógicas de Reprodução do Agronegócio

Bruna Bronoski ^I

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa ^{II}

Resumo: O trabalho analisa o mais recente produto financeiro do mercado de capitais voltado para o financiamento do agronegócio, o Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). O estudo exploratório observa interações sociais que envolvem seu principal financiador, a pessoa física. É objetivo mapear interpretações do investidor individual de varejo para compreender os dispositivos que contribuem para efetivação da compra de cotas do Fiagro. As fontes do estudo são entrevistas realizadas entre janeiro e agosto de 2023, período em que o fundo completou dois anos de operação, além de documentos descritivos e estatísticos. Metodologicamente, uma abordagem especulativa pela amostragem “bola de neve” reuniu relatos de investidores, posteriormente tratados a partir da Teoria Ator-Rede. Os primeiros resultados apontam para a mobilização da pessoa física ao Fiagro pela simultaneidade da diminuição de direitos de seguridade social, da consolidação da imagem próspera do setor agroindustrial e da popularização das redes digital e financeira.

Palavras-chave: Investidores de varejo; Fiagro; agronegócio; neoliberalismo; redes digitais.

^I Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

^{II} Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

São Paulo. Vol. 27, 2024

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc00281vu27L5AO>

Introdução

Este artigo investiga a mobilização de indivíduos para a compra de cotas do Fundo de Investimento das Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) na Bolsa de Valores do Brasil (B3) como potencial mecanismo reprodutor do modelo agroindustrial hegemônico no campo¹. É objetivo do trabalho analisar percepções próprias do investidor individual de varejo², que interage com novos mediadores sociais, considerados aqui como operadores do mercado financeiro, redes digitais e atores e eventos sociopolíticos.

No Brasil dos anos 2000, ocorre a intensificação dos processos de financeirização da vida cotidiana fomentada, simultaneamente, pela popularização de serviços digitais; o bombardeamento de ofertas de autocontrole sobre a renda e os investimentos financeiros individuais; e o desmonte de políticas públicas de bem-estar social, como as trabalhistas, de previdência social e ambientais. Tais eventos contribuem para a inserção da pessoa física de baixa e média renda nos esquemas financeirizados, entre eles o mercado de capitais, e beneficiam determinados modelos econômicos, como o do agronegócio.

Consideramos que múltiplos agentes contribuem para a inserção da pessoa física no mercado de valores³ e sua posterior ou simultânea atração a um produto financeiro de um setor econômico específico. Estes agentes são considerados mediadores da ação do investidor e estão dispostos em rede, de modo que suas conexões culminam por alimentar um sistema de financeirização dos negócios rurais de média e larga escala. Entendemos essa financeirização como uma das características do neoliberalismo⁴.

Os recursos captados pelo Fiagro via mercado de capitais servem para a tomada de empréstimos de negócios rurais ligados à cadeia produtiva de *commodities*, como a soja, milho, cana-de-açúcar, carne, entre outras. Para tal desafio, tomamos neste trabalho a noção de *agronegócio* no sentido de ciclo econômico rural (Delgado, 2022), de complexos agroindustriais ligados às indústrias e às trocas intersetoriais (Graziano da Silva, 1998) e numa articulação política e nas representações do agronegócio (Pompeia, 2020).

O Fiagro, instituído pela lei federal nº 14.130 (Brasil, 2021), consiste em um fundo de investimentos que pode ser negociado em bolsa de valores. Ele é derivado do modelo do Fundo de Investimento Imobiliário (FII)⁵. A primeira regulação do fundo foi amparada pela Resolução CVM nº 39 (2021), em caráter provisório e experimental. A resolução prevê o registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para posterior oferta pública na B3, no caso dos fundos abertos aos investidores de varejo. Em janeiro de 2024, 37

1 - Entendemos este modelo como oriundo dos processos de modernização da agricultura, de introdução do capital financeiro, de valorização da agricultura tecnificada voltada à exportação e de intensificação das relações entre campo e indústria (Delgado, 2022).

2 - A INSTRUÇÃO CVM Nº 554/2014, define o investidor “profissional” e o “qualificado”. Neste trabalho, analisaremos dados do “investidor de varejo”, jargão do mercado financeiro para o investidor do tipo pessoa física que possui investimentos inferiores a R\$ 1 milhão (CVM, 2014).

3 - Este mercado é uma das instituições de operação que compõem um sistema financeiro mais amplo, ao lado de bancos, seguradoras, administradoras de consórcio, entre outros. Na bolsa de valores são negociados títulos, ações e outros produtos entre credores e tomadores de recursos (BC, 2024).

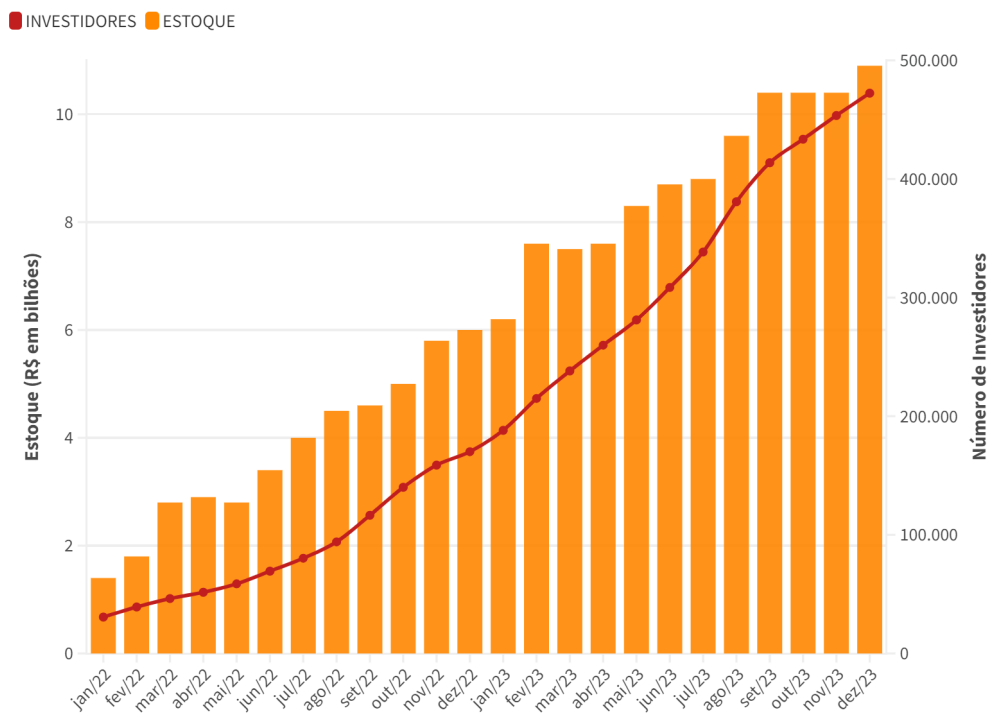
4 - Destacamos a importância de compreender o neoliberalismo, tal como Dardot e Laval (2016), em que “antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade” (p. 17).

5 - Com o Fiagro, houve a modificação da lei federal nº 8.668/1993 (Brasil, 1993).

Fiagros estavam listados na B3. Em setembro do mesmo ano, a CVM publicou a regra definitiva para o Fiagro (CVM, 2024), que entra em vigor em março de 2025, quatro anos após sua criação.

Os investidores individuais (que podem ser de varejo, qualificados ou profissionais) foram responsáveis por 88% dos aportes em Fiagro em 2021, 82,4% em 2022 e 77,1% em 2023 (Anbima, 2023a) no universo de outros, como empresas e não-residentes (estrangeiros). O indivíduo com Cadastro de Pessoa Física (CPF) é considerado colaborador crucial para a alavancagem e sucesso primário do fundo. Há uma evolução até outubro de 2023 (Figura 1), em que o número de CPFs chegou aos 471.404 nas operações listadas de Fiagro, sempre em movimento ascendente desde o início das operações, de um total de 472.339 investidores (B3, 2023a).

Figura 1 – Evolução do estoque e número de investidores de Fiagro em dezembro/2023



Fonte: B3 (2023a).

Percebemos, assim, que uma nova força de capital para crédito surgiu a partir da existência de um canal financeiro que aproximou credores diversos, não apenas os bancos, as *tradings* e o governo de mutuários produtores de *commodities*. Os contratos de financiamento de outrora, envolvendo relações bilaterais entre banco-empresa, empresa-produtor rural ou produtor rural-banco deram lugar a uma estrutura complexa que conforma o

processo de financeirização.

Em larga medida, a financeirização consiste em um processo de concentração de poder em torno do capital financeiro. A origem desse grande poder das finanças passa pelo progressivo deslocamento de um sistema de financiamento baseado em bancos para um sistema baseado em mercado de capitais (Balestro; Lourenço, 2014, p. 194).

A partir deste novo espaço de negociações, o indivíduo se tornou um aplicador de recursos que visa retornos financeiros particulares pelo recebimento de dividendos e um potencial financiador do agronegócio a partir de uma determinada concertação. Sua presença neste ensejo poderia, segundo propagandeiam representantes do agronegócio e criadores do Fiagro, substituir aos poucos o Estado como financiador primário das cadeias produtivas agroindustriais (Brasil, 2020).

Todavia, e isso é o que delinea nossa hipótese, as causas de mobilização deste público podem estar vinculadas a contextos diversos, do ponto de vista coletivo, mas também individual. A perda de direitos sociais, o distanciamento da produção real dos negócios financeiros, o apagamento das relações socioambientais e o crescimento dos sistemas financeiros especulativos são apontados, neste trabalho, como possível relação causal de aproximação do indivíduo, por vezes urbano e de classes operárias, dos negócios rurais hegemônicos. Baseamo-nos, para tanto, no conjunto de dados coletados para a pesquisa, que apontam que a intensificação da financeirização em negócios agrários ocorreu a partir de modificações estruturais político-econômicas no Brasil.

A seguir, elencaremos aspectos teóricos e metodológicos que emergiram com a coleta qualitativa e quantitativa de dados. Na discussão dos resultados, abordaremos i) aspectos da financeirização da vida cotidiana; ii) a percepção da existência de uma “entidade do agronegócio” e da financeirização da agricultura; e a iii) conexão entre redes digitais, financeiras e publicitárias que permeiam esses investimentos.

Fundamentação Teórica e Metodológica

Os negócios com terra e *commodities* passam por um processo de financeirização acelerada e de larga escala, ao nível global. Há uma integração sem precedentes entre o capital financeiro e a propriedade da terra (Gunnøe, 2014), assim como entre o capital financeiro e os negócios forjados sobre a terra, alavancados pela produção de bens exportáveis e negociados em bolsas de valores. Assim, as relações de propriedade podem ser substituídas por relações de arrendamento e de contratos financeirizados, a exemplo do Fiagro no caso brasileiro.

A financeirização como sub-regime econômico do capitalismo tem sido debatida na literatura como um fenômeno posterior aos anos 1970, um estágio ou fase em que ocorreu a intensificação da acumulação pelo capital portador de juros (Fine; Saad-Filho, 2017; Chesnais, 2002).

O conceito de financeirização, todavia, encontra-se em disputa. Pode estar associado

a três movimentos (Zwan, 2014). O primeiro explica o fenômeno pela existência de um “novo regime de acumulação”, por canais e com finalidades financeiras, em detrimento dos fins produtivos (Chesnais, 2002). Há, assim, o enriquecimento de um grupo fechado de atores, ou de acionistas de sociedades abertas, por meio da valorização de ativos de classe rentista. No Brasil, o processo de acumulação por expansão dos negócios financeiros com terra é manifesta entre investidores institucionais nacionais e estrangeiros (Vicente, 2020; Gomes, 2020).

Uma segunda definição pressupõe a priorização dos ganhos do acionista por meio de estratégias internas de gestão das corporações e de gerentes financeiros, em detrimento dos ganhos sociais, como os salários ou o bem-estar (Zwan, 2014; Gunnoe, 2014). O esquema de acumulação por *shareholder value* difere do primeiro por privilegiar uma classe específica de atores, os acionistas, enquanto aquele modelo compreende uma classe de rentistas mais ampla, que extrapola a figura do acionista (Zwan, 2014, p. 107).

Ainda, uma terceira conceituação aponta para a transformação do indivíduo em potencial investidor, de forma a acondicionar as pessoas e o capital individual no sistema rentista. Esta forma exprime uma saída gradativa do Estado como provedor de suprimentos para as necessidades sociais, ao mesmo tempo em que o ente público é protagonista dos sistemas regulares e impulsionador do público rentista de massa.

Enquanto esses serviços “do berço ao túmulo” eram anteriormente prestados pelo Estado de bem-estar, pelo empregador ou pela cadereta de poupança, o indivíduo é agora obrigado a adquirir produtos financeiros para se proteger contra as incertezas da vida. (...) A financeirização do cotidiano foi facilitada por importantes desenvolvimentos tecnológicos e institucionais na segunda metade do século XX (Zwan, 2014, p. 111, tradução nossa).

Serviços como a hipoteca da casa, os fundos de pensão para o período de velhice e a imprevisibilidade de problemas de saúde ao longo e após o período produtivo são impulsionadores da inserção cada vez mais expressiva de indivíduos ao sistema financeiro.

Apesar de compreendermos a financeirização como uma das características da racionalidade neoliberal, teses desenvolvidas por Dardot e Laval (2016), outras abordagens analisam a ascensão e a difusão das finanças como processos sociais dinâmicos que podem ser, inclusive, anteriores ao neoliberalismo e/ou sobrepostas à dimensão econômica. Pitluck, Mattioli e Souleles (2018) sugerem três caminhos interpretativos. O primeiro se refere à financeirização como acontecimento que emerge das vidas confusas dos Estados e parte das lutas políticas gerais; o segundo compreende que as finanças se tornaram um meio de mediar relações sociais, atraindo e persuadindo redes sociais inteiras para relações financeiras; finalmente, as finanças se ampliam quando práticas culturais materiais são redefinidas como tais, a exemplo dos jogos de azar que, em determinados grupos e condições, são considerados pejorativos e imorais e, em outros, legítimos e aceitáveis.

A financeirização globalizada, inserida no período neoliberal e acessível a indivíduos é contemporânea da popularização dos meios digitais. Os dispositivos tecnológicos se

modernizaram e, ao longo das últimas três décadas, foram barateados, a ponto de permitir que os sistemas financeiros chegassem à população disposta em diversos estratos sociais e partes do globo.

Latour (2012) sugeriu que os “meios” ou as “ferramentas” não são meros objetos, mas mediadores de uma ação. Os mediadores, ao contrário de objetos intermediários, têm ação ativa sobre a construção social, podem ser poucos ou infinitos e “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (p. 65).

Consideramos aqui que as relações entre indivíduos e os sistemas financeirizados são possíveis e alimentados pelos mediadores financeiro-econômicos, como a inédita acessibilidade com operadores do mercado financeiro, e por mediadores tecnológico-digitais, a exemplo da intensificação da produção de conteúdo financeiro digital. O acesso às redes móveis e à plataformização da bolsa de valores, antes operada por telefone e no balcão, criam um campo próprio para a construção social do nosso objeto de investigação.

Há ainda mediadores no plano político, mecanismos que são criados a partir do Estado para manter, estruturar ou criar relações financeirizadas. Para Fine e Saad-Filho (2017), o neoliberalismo não resulta da dicotomia ou do movimento pendular entre mercado e Estado. Com a ressalva de que o estado keynesiano nunca se consolidou no Brasil (Furtado, 2015), ressaltamos que a financeirização da vida cotidiana nasce da ausência do Estado como provedor do bem-estar social, “no contexto de relações sociais especulativas capitalistas semeadas na vida social cotidiana e colhidas em formas que não podem simplesmente serem reduzidas à classe dominante” (p. 139). No entanto, esta ausência contrasta com a presença do estado na promoção de infraestruturas legais e físicas para a financeirização de diferentes aspectos da vida. São exemplos os investimentos nacionais em redes móveis e a isenção de impostos sobre produtos financeiros privados, no caso do Fiagro.

A percepção de insegurança em relação à aposentadoria, a criação de “novos produtos financeiros”, a multiplicação das possibilidades de lucros puramente especulativos e a reestruturação do capitalismo nas últimas duas décadas estão relacionados às mudanças ideológicas e à crítica ao regime econômico vigente (Boltanski; Chiapello, 2009). Esse problema se torna relevante no caso brasileiro, pois as críticas contra uma estrutura agrária desigual, apesar da pujança do setor agrário, tomam a forma narrativa/idílica de uma espécie de “sociedade” formada “indistintamente” entre trabalhadores urbanos e as elites agrárias.

Uma vez que a operação do Fiagro é recente no mercado de capitais, datando de outubro de 2021, esta pesquisa assume um caráter exploratório de descrição das interpretações de investidores. Isso se dá pela impossibilidade de acessar os investidores em bancos de dados públicos, uma vez que estes não estão identificados na B3, na CVM ou na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Não há intenção, portanto, de constituir uma amostra representativa do universo geral de investidores, mas de acessar pistas e sinais por meio de dados públicos e entrevistas.

Os dados preliminares da pesquisa contam com a amostragem bola de neve (Vinuto,

2014) como método para construção de uma rede útil de “populações difíceis de serem acessadas ou estudadas (p. 204).

Para mapear este campo, utilizamos as mesmas redes digitais onde o objeto de pesquisa foi identificado. A plataforma de vídeos YouTube, a rede social de relações de trabalho LinkedIn e o aplicativo de mensagens Telegram, que possibilita a formação de grupos com interesses específicos, foram fontes primordiais para contatar os interlocutores. No YouTube, digitar na busca o termo “Fiagro” serviu de pontapé inicial.

Os dados de pesquisa foram produzidos entre janeiro e agosto de 2023. Ao todo, foram realizadas 11 entrevistas com investidores e profissionais, operadores e divulgadores de Fiagro a partir da condução de um roteiro de perguntas semiestruturado. Para este artigo, foram retirados excertos de cinco interlocutores que possuem o mesmo perfil, o de investidores individuais de varejo. Entre os interlocutores estão pessoas físicas que possuem investimentos em Fiagro ou que possuem investimentos em outros produtos financeiros do setor agroindustrial, como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e que consideram investir em Fiagro no futuro.

As entrevistas foram realizadas no formato presencial, remoto e por telefone, uma vez que os interlocutores estão dispostos em várias regiões do Brasil e fora dele. A técnica da entrevista foi escolhida para observar relatos das ações de investidores, uma vez que as ações propriamente ditas não são passíveis de observação. Trata-se de atividades operacionalizadas na privacidade de contas em corretoras de valores, que só podem ser acompanhadas pelo indivíduo que as possui e que são protegidas por senhas, códigos e estratégias diversificadas de sigilo e segurança.

No Quadro 1 estão descritos seus perfis, em que INVOs se identificam como homens, e INVA se identifica como mulher.

Quadro 1 – Resumo do perfil dos investidores

ID	Resumo
INVO 1	40 anos. Formado em Direito, investe no mercado de capitais desde 2018. Teve influência do pai, auditor de cooperativas agrícolas e investidor de LCA, para começar a investir no mercado de capitais. Trabalha como bancário. Possui aportes em cinco Fiagros. Reside em Curitiba-PR.
INVO 2	38 anos. É técnico em Eletromecânica, tendo sua última experiência com carteira assinada como operador de balança eletrônica. Investe no mercado de capitais desde 2018-2019. Desde que saiu do mercado formal, trabalha como motorista de aplicativo, período que coincide com sua entrada no mercado financeiro. Possui dois Fiagros na carteira. Curitiba-PR.
INVO 3	31 anos. É economista e administrador de empresas pós-graduado. Começou as primeiras aplicações precocemente, aos 15 anos, quando iniciou um estágio no Banco do Brasil, em 2007. Vivendo fora do país, trabalha como auxiliar de serviços gerais. Investe em LCAs e estuda Fiagros. Melbourne, Austrália.

INVO 4	29 anos. É estudante de Ciências Sociais em universidade pública. Começou a investir no mercado financeiro aos 21 anos, depois de receber uma herança pela morte da bisavó, além da influência do pai, que já investia em produtos de renda fixa em bancos tradicionais. Tem investimentos em LCA, fundos de investimento e ações. Curitiba-PR.
INVO 5	65 anos. É técnico contábil. Mesmo aposentado, trabalha como agente de negócios imobiliários. Começou a investir no mercado de valores há três anos, depois da aposentadoria. Participa de grupos de mensagens sobre Fiagro para estudar o produto. Tem preferência por aplicações em ações e fundos imobiliários. Itajaí-SC.

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

A constituição do campo de pesquisa e a identificação dos atores e mediadores inspirou-se na Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), que contribuiu para rastrear a interação e conexão entre atores humanos (investidores, influenciadores, produtores rurais) e não-humanos (mercado financeiro, aplicativos digitais, Fiagro).

Segundo Latour (2012), “uma ação invisível, que não faça diferença, não gere transformação, não deixe traços e não entre num relato não é uma ação (p. 84, grifos nossos). Assim, por meio da análise de relatos e posterior cruzamento de informações com dados quantitativos e qualitativos de conjuntura político-econômica anteriores e contemporâneas ao Fiagro, descreveremos, no próximo tópico, motivações e origens da transferência da renda individual para o sistema de capital especulativo a serviço do setor agroindustrial.

Aspectos da financeirização da vida cotidiana

A primeira iniciativa regulada de financiamento privado do setor agro ocorreu com a criação da Cédula do Produtor Rural (CPR) (Brasil, 1994), que representou a promessa de pagamento futuro da dívida com a entrega de produtos agropecuários.

Dez anos depois, a lei federal nº 11.076/2004 (Brasil, 2004) criou o Certificado de Depósito Agropecuário (CDCA), o Certificado de Depósito Agropecuário/Warrant Agropecuário (CDA/WA), os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Tais instrumentos surgem num contexto de porta aberta do mercado de capitais para o setor, mas não obtiveram resposta imediata, pois a maior parte dos títulos não registraram expressividade de negociação nos anos que seguiram (Leite; Wesz Junior, 2014). Mais tarde, com incentivo de gerentes de bancos comerciais que oferecem tais possibilidades de investimento aos correntistas, é que LCAs e CRAs passaram a compor carteiras de investidores com baixa ou média capacidade de aportes.

O crédito rural via empréstimos deixou de ser a única forma de financiamento do setor. Um CRA com lastro em CPRs poderia, assim, adiantar valores ao produtor que desejasse comprar toneladas de insumos agrícolas ou sementes para uma safra futura. A principal característica desses instrumentos é a capacidade de sobrepor camadas de dívi-

da, alongando a distância entre quem empresta – investidor – e quem toma – produtor ou empresa rural – os recursos, por meio de circuitos securitizados e venda de títulos de dívida para terceiros. Em 2021, o Fiagro passou a compor a gama de produtos financeiros privados do setor, 27 anos depois da CPR, aumentando mais uma camada no circuito, já que um fundo pode incorporar CRAs e debêntures que são, por sua vez, lastreados em CPRs ou outros ativos, como imóveis rurais.

Diante desta breve linha do tempo, percebe-se uma aceitação razoável do mercado financeiro para o Fiagro. O patrimônio do fundo chegou a custodiar R\$ 19,57 bilhões em novembro de 2023, o que corresponde a 4,36% do estoque do produto financeiro mais conservador do mercado, a LCA, que possui aportes segurados pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Tabela 1 – Valor do Estoque de Títulos e Patrimônio do Fiagro em R\$ bilhões

Instrumento	Estoque/Patrimônio nov/22	Estoque/Patrimônio nov/23	Variação
CPR	231,21	293,4	27%
LCA	328	449,22	37%
CDCA	28,36	30,97	9%
CRA	97,12	123,47	27%
Fiagro	8,9	19,57	120%

Fonte: MAPA, 2023a.

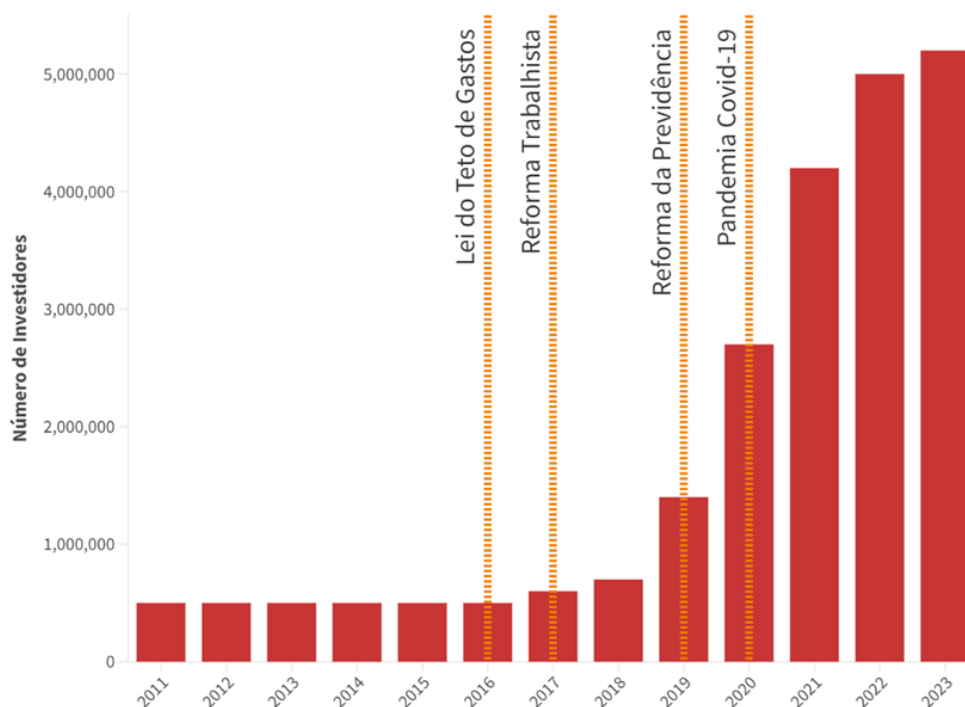
O Fiagro figura, tal como demonstrado na Tabela 1, como o produto com maior variação positiva, com 120% em 12 meses, 83 pontos percentuais à frente do segundo produto de maior crescimento, a LCA. No período em questão, o Fiagro é o que mais cresce entre os produtos financeiros privados do setor.

As estatísticas do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) acima listam os estoques até novembro de 2023. Em números atualizados até dezembro do mesmo ano, o volume de patrimônio líquido do Fiagro chegou aos R\$ 20,6 bilhões (Anbima, 2023a), entre fundos listados e não listados. Esse montante corresponde a 6,05% do valor total disponibilizado pelo Estado ao Plano Safra para os negócios rurais no período fiscal 2022/2023, que foi de R\$ 340,8 bilhões (MAPA, 2023b). Ou seja, mesmo com crescimento acelerado, o Fiagro representa valores reduzidos se comparado ao subsídio público destinado ao setor pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Outra expectativa pelo crescimento do Fiagro é a constante e crescente entrada de

novos investidores individuais no mercado de capitais, que poderão migrar de produtos conservadores para produtos de risco, como o fundo em questão. O boom de pessoas físicas no mercado de capitais brasileiro tem início a partir de 2017 e um movimento ascendente mais expressivo a partir de 2019, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Evolução de CPFs investidores por ano.



Fonte: Adaptado pelos autores de B3 (2023b).

Os eventos em destaque na Figura 2 são referências citadas pelos entrevistados. Um relato para o motivo de entrada no mercado de capitais se associa diretamente à situação trabalhista do investidor. INVO 2 justificou sua adesão aos produtos financeiros à perda do vínculo empregatício pelo regime de contratação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a saída pela chamada *uberização*. A forma de trabalho por aplicativo posicionou INVO 2 numa situação de renda instável e desprovida de seguridade social presente e futura, como os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Eu comecei a trabalhar como motorista de aplicativo. Daí, no começo eu me bati, né? Que a gente é acostumado com a carteira assinada, sabe e tende a ser mais imediatista, não pensa muito em guardar, né? Você recebe ali limpinho, daí é aquela comodidade. No começo foi

sofrido, que é uma coisa diferente, até se acostumar leva tempo, mas daí nisso me deu essa visão, entendeu? De pensar pra frente, pensar em guardar dinheiro para evitar coisas que possa acontecer. (...) Essa questão de trabalhar dessa forma me fez aprimorar isso. E daí foi consequência quando comecei a pensar financeiramente a longo prazo, pensando em guardar dinheiro (INVO 2. Trecho de entrevista, 07 de junho de 2023).

Sua saída do mercado de trabalho formal ocorreu três anos após a Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Brasil, 2016), que instituiu o Teto de Gastos, limitando os investimentos públicos de combate à desigualdade social, e dois anos após a Reforma Trabalhista (Brasil, 2017), que favoreceu a fragmentação do trabalho, afrouxando regras e expandindo a terceirização. Segundo Lima e Bridi (2019), houve uma transferência de riscos e custos para os trabalhadores, chamados de “empreendedores”, em que a tecnologia foi ressignificada dentro de uma lógica neoliberal.

O trecho “eu fui numa coisa que dependa mais de mim, eu estava na motivação de aprender e fazer por mim mesmo” (INVO 2, entrevista em 07/06/2023) denota que o discurso individualista e empreendedor-de-si permeia o trabalhador e o debate sobre o bem-estar social nos últimos anos, uma vez que direitos antes assegurados não mais são providos pelo Estado (Moraes, 2020).

De 2017 a 2019, o número de investidores individuais no mercado de capitais subiu de 600 mil para 1,4 milhão, um aumento de 133% em dois anos. Destacamos este intervalo porque há uma correspondência com marcos legislativos importantes, como a aprovação da Reforma da Previdência Social (2019). Diferente da questão trabalhista, menos explícita nos dados, a questão previdenciária é unânime entre os interlocutores.

Eu tenho uma parte que eu invisto para curto e médio prazo (...). E daí o longo prazo que é para minha aposentadoria mesmo, né? Porque eu hoje, eu não sei se eu vou me aposentar, com 40 anos, eu imagino essa turma aí que tá chegando aí com 18, 20, se haverá aposentadoria para eles um dia, né? (INVO 1. Trecho de entrevista, 15 de fevereiro de 2023).

O INSS tá fodido, tá quebrado. Eu tive a primeira experiência com o meu pai, me pai sofreu para se aposentar. (...) Daí eu vi que já tinha algo estranho, né? Eu comecei a ver sobre fundo de investimento e tudo mais, sobre economia, daí que eu descobri que o negócio tá feio (INVO 2. Trecho de entrevista, 07 de junho de 2023).

Eu desenvolvi nesse longo tempo uma carteira para longo prazo mesmo. (...) A estratégia é buy and hold, que é para longo prazo. (...) Eu não fico todos os dias fazendo trade, que é fazendo compra e venda (INVO 3. Trecho de entrevista, 02 de junho de 2023).

Eu comecei a pensar, acho que já tinha rolado a Reforma da Previdência, ou estava em vias de rolar, e eu já pensava assim, “eu não vou me aposentar, né?”. É justamente o motivo pelo qual eu comecei também a investir. A descrença de que eu vou poder me aposentar um dia, né? Ou de que a minha aposentadoria vai ser o suficiente para eu subexistir (INVA 4. Trecho de entrevista, 24 de maio de 2023).

A questão que incitou tais afirmações pedia o motivo para a aplicação de investimentos atuais no mercado de capitais. Há uma relação contundente nos depoimentos sobre a percepção econômico-política do aparato estatal na atualidade e a possibilidade de ganho de renda em anos futuros.

Suas aplicações no mercado de capitais e no agronegócio visam o pagamento de juros e dividendos que, somados em vários investimentos e transformados em capital portador de juros, poderiam substituir uma aposentadoria incerta ou insuficiente. INVA 4 é um destaque entre os depoimentos, por citar nominalmente a Reforma da Previdência Social e por ter 29 anos no dia da entrevista.

Na outra ponta etária, mesmo já aposentado pelo INSS e ainda recebendo uma renda extra com a ocupação atual, INVO 5 aconselha à autora desse artigo, durante a entrevista, a investir no mercado de capitais com vistas à aposentadoria.

Quem visa aposentadoria tem que investir em ações de boas empresas, quando chegar que nem você, eu digo até para os meus filhos, chega nos 50 [anos], vai trabalhar se quiser. Só fica colhendo os frutos dos dividendos que nem no agro aí, estão pagando em média um e pouco ao mês, quando chegar aí nos 50 anos vai ter uma renda que se chama passiva, se quiser viajar o mundo e não depender de aposentadoria de governo, ah, vai estar muito tranquilo (INVO 5. Trecho de entrevista, 08 de agosto de 2023).

O único investidor beneficiado pela estrutura da previdência social aposta no agronegócio como setor “mais rentável” que o sistema público previdenciário. Faz-se relevante no discurso, também, o preterimento da noção de risco ou de perda de investimento. Há, portanto, uma clara inversão de valores, enquanto a aplicação de risco é vista com “tranquilidade”; a aposentadoria e o bem-estar, direitos assegurados na Constituição Federal, são interpretados como “subexistência” e “insegurança”.

A financeirização da vida cotidiana tem sido facilitada por um discurso neoliberal de liberdade e de responsabilidade individual, em que o indivíduo é o único responsável por assegurar a si próprio por meio de estruturas privadas que estão disponíveis para quem tem autodisciplina e é alfabetizado financeiramente:

Além disso, a financeirização do cotidiano tem sido facilitada por discursos de aceitação de riscos, autogestão e realização pessoal. (...) Este risco não resulta apenas da flexibilização do trabalho e do recuo do Estado de bem-estar, mas é também criado pela volatilidade dos mercados financeiros, dos quais os indivíduos dependem para satisfazer

as suas necessidades. No entanto, no capitalismo financeiro, o risco ou a possibilidade de que algo possa acontecer não é para ser temido, mas para ser abraçado (Zwan, 2014, p. 112, tradução nossa).

Há uma tendência para políticas estatais de flexibilização e privatização da previdência em países do norte global, de modo que os governos têm estabelecido uma “financeirização da vida”, tornando ela mesma uma *commodity* (Zwan, 2014, p. 114).

Aspectos da financeirização da agricultura

Na busca por compreender a financeirização da agricultura, decidimos pela observação de eventos macroeconômicos e a presença do agronegócio na pauta político-econômica. No início dos anos 2000, o país ainda possuía proporcionalmente uma gama mais variada de produtos na pauta de exportação, manufaturados que foram perdendo importância ao longo do período por bens primários (Flexor; Kato; Leite, 2022, p. 12).

Entre os produtos que mais compõem a atual pauta brasileira de exportações, a soja se destaca com 17% do total de US\$ 282,8 bilhões negociados entre janeiro e outubro de 2023 (ComexVis, 2023). Em segundo lugar estão os óleos brutos de petróleo, seguidos pelo minério de ferro e o milho. Ou seja, o topo do pódio de exportação e o quarto lugar são representados por *commodities* agrícolas, que dominam cada vez mais a prateleira comercial ofertada pelo país.

Nesse cenário, faz-se relevante compreender a dinâmica entre o comércio internacional de *commodities* agrícolas e uma mudança no uso da terra. Em um aspecto destacado em pesquisas recentes (Oliveira *et al.*, 2023), já é possível identificar os impactos socioambientais com o aumento das exportações desses itens, que são proporcionais ao aumento do desmatamento, e estimulados por políticas trabalhistas e ambientais menos restritivas.

Em confluência, no parlamento, o número de formuladores de políticas que representam o agronegócio compõe o maior grupo temático organizado. Em novembro de 2023, 374 dos 513 deputados federais constituíam a bancada ruralista (72,9%), sendo que no Senado Federal este número é de 50 dos 81 representantes (61,7%) (FPA, 2023).

Eleito presidente da República em 2018 e exercendo o mandato entre 2019 e 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro sustentou, em seus discursos, o avanço do agronegócio sobre o território nacional. Durante o mandato, ao apoiar abertamente políticas de flexibilização da legislação ambiental e ao rechaçar projetos de reforma agrária, potencializou uma mensagem que chegou aos cidadãos comuns e trabalhadores.

Eu acho que o agro começou por causa do governo passado que falava muito na questão de agro. E muitas pessoas começaram a ver melhor a potência, sabe, que o Brasil tem nessa área. Foi por causa do, querendo ou não, falando de gosto ou não foi graças a ele, entendeu? Ao governo passado. (...) Ele que falava muito do agro e abriu a mente das pessoas sobre essa questão, a potência que é, a capacidade do Brasil em crescer muito nessa parte (INVO 2. Trecho de entrevista, 07 de junho de 2023).

A menção às falas do ex-presidente é apresentada como incentivo ao investimento em Fiagro. INVO 2 já fazia aportes na bolsa de valores antes de conhecer os produtos financeiros do agronegócio, tendo migrado para estes após a insistência discursiva de determinados atores políticos. Não obstante, governos presidenciais anteriores também foram adeptos de uma noção desenvolvimentista nacional pela produção e exportação de *commodities* (Gudynas, 2012), tendo contribuído para a construção do “agro brasileiro”.

Alguns representantes presidenciais ora valorizaram outros modelos de produção rural, como pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo Fernando Henrique Cardoso II (1999-2002), em 2000, ora reforçaram a noção de sinédoque política (Pompeia, 2020), quando da extinção da referida pasta, no governo Michel Temer (2016-2018). Na sinédoque, há a substituição semântica da parte pelo todo, como neste exemplo em que os atores políticos agregaram num único grupo todos os diversos modelos de produção no campo (Pompeia, 2020), mesmo que estes não componham a pauta produtivista e exportadora, como é o caso das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

É criada, pela concertação política em torno de um único setor, o agroexportador, uma narrativa justificadora das expropriações (Flexor; Kato; Leite, 2022), em que os interesses do agronegócio são propagandeados como se fossem os da sociedade em geral, tornando-se reais à medida que a sistematicidade das afirmações é incorporada socialmente. A ideia de que o Brasil tem “muita capacidade de explorar os negócios com terra” interpela os investidores:

(...) o ramo agropecuário no Brasil é o celeiro do mundo. É o ramo que vai... A tendência, o Brasil é um grande exportador, então a tendência é crescer muito, muito, muito nessa área. Então, por isso que chama atenção. (...) O Brasil assim tem muita terra, é muita coisa ainda a ser explorado. O Brasil falta muito crescer, não só no ramo agrícola (INVO 5. Trecho de entrevista, 08 de agosto de 2023).

A evocação do país como abastecedor de grãos a nível global pelo interlocutor é uma das representações da “noção de grandeza” observada nos dados. Somam-se ainda representações de crescimento futuro e potencialidades do agronegócio, uma inferência a partir dos termos, por parte dos investidores, de que o sucesso presente se estenderá para o futuro, garantindo assim o rendimento de seus aportes nos produtos financeiros do agro. A seguir, no Quadro 2, estão compiladas citações literais do grupo de investidores que representam a percepção de grandeza no tempo presente.

Quadro 2 - Representações do agronegócio na economia brasileira atual

PERCEPÇÕES SOBRE O “AGRO”

Representa um terço do PIB.

Sustentou a economia na pandemia.

O agro comanda o PIB.

PIB subiu mais que o esperado por causa do agro.

Eles têm uma potência grande.

Invisto no agronegócio por uma questão de números.

Os números para mim são interessantes.

O Brasil quebra recordes constantemente de produção.

A balança comercial tem um peso muito grande no agronegócio.

A questão do PIB do Brasil, participação muito relevante.

O ramo agropecuário no Brasil é o celeiro do mundo.

O Brasil é um grande exportador.

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

O Quadro 2 sugere que a mensagem político-midiática comunicada alcança investidores de diferentes regiões, idades e formações profissionais. Destacamos o emprego da terceira pessoa do plural como sintoma de um processo social de construção de uma identidade *sui generis* entre trabalhadores urbanos e proprietários de terra. A expressão “a gente” e as inferências totalizadoras, como “vai todo mundo querer”, “pessoas” no plural e “o Brasil”, denotam uma extensão da empatia e expectativa pelo agronegócio para além do indivíduo, ou seja, sem diferenciações sociais de classe ou tensão entre setores econômicos.

Uma mensagem utilitarista da natureza também é reproduzida nas expressões de crescimento futuro, quando os substantivos “terra” e “potência”, o adjetivo “gigante” e o verbo “crescer” são utilizados nas mesmas frases ou em sentenças próximas. Para os interlocutores que emitem tais enunciados, o agronegócio deverá ter sua fronteira de atividade expandida porque o Brasil possui espaço e vocação para tal.

Conexão entre redes digitais, financeiras e publicitárias

Em 2020, a pandemia da Covid-19 atingiu o Brasil e acelerou processos digitais e financeiros que já vinham ocorrendo nos últimos anos. Nesse mesmo ano, o número de investidores individuais no mercado de capitais brasileiro saltou de 1,4 milhão para 2,7 milhões, um crescimento de 92,8%.

De um lado, houve a popularização dos serviços financeiros digitais. Dos Santos *et al.* (2022) destacam a incorporação de estratos mais vulneráveis e de renda média nos mercados financeiros, movimento impulsionado pela facilitação de acesso aos serviços digitais de crédito, como o cartão de crédito e o empréstimo financeiro online.

De outro, identificamos uma oferta gratuita, graças às redes digitais, de materiais educativos e publicitários sobre o mercado de capitais. O número de “professores” que ensinam “de graça” sobre o mercado financeiro por meio de sites especializados e de redes sociais aumentou, assim como o número de pessoas que “os seguem”.

Entre as várias plataformas de redes sociais existentes, a menção ao YouTube se destacou, ficando os sites especializados e os aplicativos de mensagens (Telegram) em segundo e terceiro lugar, respectivamente, entre as menções sobre “fonte de informação financeira” dos interlocutores.

Eu sigo perfis no YouTube, né? E divulgam, a maioria tem, pelo menos, vídeos semanais dos que eu sigo. Eu sigo o canal do Investidor Sardinha, que é um dos cursos que eu fiz, por exemplo. (...) Então eu sigo basicamente investidores que têm maior familiaridade com esse campo específico, com os Fiagros, com as ações do agronegócio. (INVO 1. Trecho de entrevista, 15 de fevereiro de 2023).

Eu costumo entrar em sites de economia, eu gosto muito do MoneyTimes, do InfoMoney, o próprio G1, tem notícia muito boa, e tem alguns sites que eu uso para analisar a empresa através dos indicadores, é? Status Invest, Oceans14, Fundamentus (INVO 3. Trecho de entrevista, 02 de junho de 2023).

O próprio setor financeiro mensura a causalidade entre redes digitais e o fortalecimento das redes financeiras. A Anbima publica relatórios anuais sobre o trabalho dos “finfluencers”, influenciadores digitais financeiros que familiarizam o cidadão comum ao mundo complexo dos investimentos. A 5ª edição do relatório aponta que a temática “*commodities*” é destaque entre as publicações de influenciadores digitais de finanças no primeiro semestre de 2023 (Anbima, 2023b).

O Fiagro foi lançado (2021) no intervalo entre pandemia, popularização de serviços digitais e o crescimento da influência de produtores de conteúdo financeiros na internet. No levantamento da Anbima do primeiro semestre de 2021, eram 266 influenciadores que alcançavam 74 milhões de seguidores, somadas as plataformas de redes sociais X (antigo Twitter), Instagram, Facebook e YouTube. Na última edição (2023), o número de “finfluencers” quase dobrou (515), e seu alcance mais que dobrou (176 milhões de

seguidores) (Anbima, 2023b).

Eu quero saber sobre o Fiagro, eu entro num canal ali que fala sobre Fiagro só, mas ele com certeza não vai ter tudo a visão possível do negócio, entendeu? Então eu gosto de ver mais de um canal para mim entender, ver várias visões possíveis que possa ter. Isso vai me ajudar a ver mais amplamente sobre o Fiagro ou qualquer coisa específica que eu esteja atrás (INVO 2. Trecho de entrevista, 07 de junho de 2023).

Aparentemente, um efeito da digitalização financeira é que, ao mesmo tempo em que aproxima a pessoa física a um mercado antes restrito, também promove um distanciamento, uma vez que dificulta a visualização do impacto do investimento à materialidade das relações sociais, ambientais e de propriedade.

A cota de Fiagro, que pode ser negociada a partir de valores diminutos (R\$ 9) e é, consequentemente, acessível a estratos sociais de baixa renda, encontra-se envolta a uma aura publicitária que a vende como parte do negócio rural ou da propriedade usada para o agronegócio. A relação *cota de Fiagro - propriedade da terra* se confundem no negócio financeiro:

Se um dia eu for... que nem, eu tenho um [Fiagro] que tem bastante fazenda no interior de Goiás e Minas [Gerais] e algumas no interior de São Paulo. Se um dia eu passar por lá, eu vou ver se dá para visitar, se eu tiver de carro, alguma coisa assim, ó, “tenho dinheiro aí” (INVO 1, trecho de entrevista em 15 de fevereiro de 2023).

Faz parte do conjunto de objetos que “ligam” o investidor individual ao Fiagro a suposta concretude dos ativos do Fiagro, como a terra ou as empresas agroindustriais, tidas como “certezas” de retornos financeiros. O ato de investir em “imóveis”, “terras” e “fazendas” parece materializar o investimento, assim como o capital individual aplicado num sistema abstrato-digital, como se apresenta o mercado financeiro.

Considerações finais

A transformação de relações tradicionais de investimento em uma estrutura complexa, com múltiplos agentes atuando em rede, numa concertação entre indivíduos, Estado e grandes complexos agroindustriais simboliza uma nova dinâmica de reprodução de um modelo econômico. Essa transição é fundamental para compreender o contexto em que o Fiagro se insere e, principalmente, uma nova composição das formas de financiamento do agronegócio.

Ao explorar as motivações dos investidores individuais de varejo, observamos uma resposta direta às mudanças nas políticas de seguridade social, como a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. A ênfase na autonomia individual da gestão financeira, evidenciada pela escolha de plataformas digitais, alinha-se com a narrativa contemporânea de responsabilização do indivíduo pelo seu bem-estar financeiro. A sugestão de investir no setor agroindustrial parece ser uma rota mais segura do que depender dos sistemas

previdenciários tradicionais, o que reproduz a lógica neoliberal de confiança nos mercados e desconfiança nas instituições públicas.

Ainda, a percepção de identidade entre as lógicas de reprodução do agronegócio e a própria lógica de reprodução individual aparecem como uma nova estratégia do capital para “desarmar a crítica” (Boltanski; Chiapello, 2009). A crítica “a ser neutralizada”, no caso brasileiro, está fundada na concentração fundiária e nos impactos socioambientais do modelo do agronegócio.

Por fim, a ideia de ser “dono” de terras apareceu como pista de investigação em uma das primeiras entrevistas, mas que está em sintonia com a noção de “ser sócio do agro”, presente em outros entrevistados e materiais de propaganda do Fiagro. Qual será a consequência da associação sem filtros entre as lógicas do mercado e as lógicas de sobrevivência financeira individual? Perguntamo-nos, quais as consequências e riscos quando passarmos de cidadãos que pensam sobre o mundo rural para a condição de “sociedades anônimas”, guiadas unicamente pelas possibilidades de lucro do “agro”?

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o período de pesquisa.

Referências

ANBIMA. Estatísticas de Fiagro. Atlas mensal de dezembro de 2023. **Anbima**, 2023a. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/informat/estatisticas-de-fiagro.htm>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ANBIMA. Finfluence: quem fala de investimentos nas redes sociais – 5ª Edição. **Anbima**, 2023b. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos-5.htm>. Acesso em: 15 dez. 2023.

B3. Boletim Mensal de Fundos de Investimentos em Cadeias Agroindustriais (FIAGRO), dezembro de 2023. **B3**, 2023a. Disponível em: <<https://www.b3.com.br/data/files/B8/12/3D/EC/499EC8103152D4C8AC094EA8/Boletim%20Fiagro%20-%2012M23.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

B3. Perfil Pessoas Físicas. **B3**, 2023b. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BALESTRO, M. V.; LOURENÇO, L. C. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities. In: ALVEZ, E.; NAVARRO, Z. (Eds.). **O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Embrapa. 2014

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). Sistema Financeiro Nacional (SFN). 2024. Disponível em: <<https://bcbr.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.668, de 25 de Junho de 1993. Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. **Brasil**, 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8668.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994. Institui a Cédula de Produto Rural. **Brasil**, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8929.htm>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.076, de 30 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário e outros. **Brasil**, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/11076.htm>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13467.htm>. Acesso em 20 nov. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5191, 2020. Institui os Fundos de Investimento para o Setor Agropecuário - FIAGRO. **Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1942280&filename=PL%205191/2020>. Acesso em: 07 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.130, de 29 de março de 2021. Institui os Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais. **Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14130.htm>. Acesso em: 7 dez. 2023.

CHESNAIS, F. A Teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 18, junho de 2002.

COMEXVIS. *Comex Stat*, 2023. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014. Inclui, revoga e altera dispositivos em várias instruções. **CVM**, 2024. Disponível em <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst554.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM Nº 39, de 13 de Julho

de 2021. Dispõe, de forma temporária e em caráter experimental, sobre o registro do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais. **CVM**, 2023. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/001/resol039.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM 214, de 30 de Setembro de 2024. Acrescenta à Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, o Anexo Normativo VI e os Suplementos O, P e Q, contendo regras específicas dos fundos de investimento das cadeias produtivas do agronegócio – FIAGRO. **CVM**, 2024. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/200/resol214.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo, 2016.

DELGADO, G. Mudanças cíclicas do espaço rural brasileiro e perspectivas de futuro. In: HOMA, A. K. et al. (Eds.). **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. Editora Baraúna, 2022.

FINE, B.; SAAD FILHO, A. Thirteen things you need to know about neoliberalism. **Critical Sociology**, v. 43, n. 4-5, p. 685-706, 2017.

FLEXOR, G. G.; KATO, K.; LEITE, S. P. Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI. **Textos para Discussão**, n. 82. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA (FPA). Todos os membros. **FPA**, 2023. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FURTADO, F. P. **Em nome do clima: instituições e práticas na ambientalização das finanças no Brasil**. 359 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, C. M. P. Um “novo mercado global de terras” no Brasil: land grabbing e a “última fronteira agrícola” – MATOPIBA. 362 f. (Tese). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, P.; NASCIMENTO, E. (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**, p. 303-318. Garamond, 2012.

GUNNOE, A. The political economy of institutional landownership: neorentier society and financialization of land. **Rural Sociology**, v. 79, n. 4, 2014.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.11, n. 22, p.83 - 107, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

LIMA, J. C.; BRIDI, M. A. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Caderno CRH**, v. 32, p. 325-342, 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). Boletim de Finanças Privadas do Agro, dezembro de 2023. **MAPA**, 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/boletim-de-financas-privadas-do-agro>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). Plano Safra 2022/2023. **MAPA**, 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MORAES, R. B. de S. Precarização, Uberização do Trabalho e Proteção Social em Tempos de Pandemia. **NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 377–394, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ns.v11i21.38607>>.

OLIVEIRA, C. E.; TAMBOSI, L. R.; CALABONI, A.; SINISGALLI, P. A. A.; UENO, H. M.; IGARI, A. T. Estão as transições florestais associadas ao comércio internacional de commodities agrícolas? **Ambiente & Sociedade**, v. 26, p. e00941, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/C368tSRbXBh3PnR8NPKrhPB/?lang=pt#>>.

PITLUCK, A. Z.; MATTIOLI, F.; SOULELES, D. Finance beyond function: Three causal explanations for financialization. **Economic Anthropology**, v. 5, n. 2, p. 157-171, 2018.

POMPEIA, C. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **RBCS**, v. 35, n. 104, 2020.

SANTOS, A. B.; GONÇALVES, B. F.; GOMES, C. M. P.; VICENTE, J. S., BARROS JUNIOR, O. A.; LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, W. J. Financeirização da agricultura e da terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro, RJ: **Fundação Heinrich Böll**, 2022. Disponível em: <https://www.boell.org/sites/default/files/boll_financeirizacao_agricultura_final.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VICENTE, J. S. **Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil**. 202 f. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. **Tematicas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

ZWAN, N. van der. Making Sense of Financialization. **Socio-economic Review**, v. 12, p. 99-129, 2014.

Bruna Bronoski

✉ bbronoski@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6798-8648>

Submetido em: 18/03/2024

Aceito em: 02/08/2024

2024;27:e00028

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

✉ rodolfolobato@ufpr.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6304-3831>

Entre el Fiagro y los Inversores Individuales: Nuevas Lógicas de Reproducción del Agronegocio

Bruna Bronoski
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Resumen: Este trabajo analiza el más reciente producto financiero del mercado de capitales destinado a financiar el agronegocio, el Fondo de Inversión en Cadenas Productivas Agroindustriales (Fiagro). El estudio exploratorio observa las interacciones sociales que involucran a su principal financiador, la persona física. El objetivo es mapear las interpretaciones de los inversores individuales minoristas para comprender los mecanismos que contribuyen a la compra de acciones de Fiagro. Las fuentes del estudio son entrevistas realizadas entre enero y agosto de 2023, así como documentos descriptivos y estadísticos. Metodológicamente, un enfoque de muestreo especulativo de bola de nieve recogió informes de los inversores, que luego se analizaron utilizando la Teoría del Actor-Red. Los primeros resultados apuntan a la movilización de individuos hacia Fiagro debido a la simultánea reducción de los derechos de seguridad social, la consolidación de la imagen próspera del sector agroindustrial y la popularización de las redes digitales y financieras.

São Paulo. Vol. 27, 2024

Artículo original

Palabras-clave: Inversores minoristas; Fiagro; agronegocios; neoliberalismo; redes digitales.

Between Fiagro and Individual Investors: New Logics of Agribusiness Reproduction

Bruna Bronoski
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Abstract: This paper analyzes the most recent financial product in the capital market aimed at financing agribusiness, the Investment Fund in Agro-Industrial Production Chains (Fiagro). The exploratory study observes social interactions involving its main financier, the natural persons. The goal is to map interpretations of the retail investor in order to understand the devices that contribute to the purchase of Fiagro shares. The study's sources are interviews conducted between January and August 2023, when the fund completed two years of operation, as well as descriptive and statistical documents. Methodologically, a speculative snowball sampling approach gathered investor reports, which were then treated using the Actor-Network Theory. The first results point to the mobilization of individuals to Fiagro due to the simultaneous reduction in social security rights, the consolidation of the prosperous image of the agro-industrial sector, and the popularization of digital and financial networks.

Keywords: Retail investors; Fiagro; agribusiness; neoliberalism; digital networks

São Paulo. Vol. 27, 2024

Original Article